

12
Lei nº 012/93

Retifica a Lei nº 03/90, que institui o Conselho Municipal de Saúde e das outras providências.

Jose Barbosa de Moura, Prefeito Municipal de Paranaatinga - MT, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 03/90, que cria o Conselho Municipal de Saúde, passa a ter a seguinte redação.

Capítulo I dos Objetivos

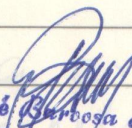
Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde - CMS em caráter permanente como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito Municipal.

Art. 2º Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são competências do CMS. 

Art. 11º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor Cr\$ 50.000.000,00 para prover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 12º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga - MT, em 04 de junho de 1993.


José Barbosa de Moura
Prefeito Municipal de Paranatinga

E

M

D

A

N

E

O

O

e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membros;

II - Poderão ser convidados pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMS em assuntos específicos.

III - Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades - membro do CMS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de tema específicos.

Art. 9º. As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do CMS deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Parágrafo único. as resoluções do CMS, bem como os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissões, deverão ser amplamente divulgadas.

Art. 10º. O CMS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta lei.

17
II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 30 dias e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

III - Para a realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do CMS, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes.

IV - Cada membro do CMS terá direito a um único voto na sessão plenária.

V - As decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 7º A secretaria Municipal de Saúde prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

Art. 8º. Para melhor desempenho de suas funções o CMS, poderá recorrer às pessoas e entidades mediante os seguintes critérios:

I - Consideram-se colaboradoras do CMS as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde

do CMS será assumida pelo seu suplente

Art. 5º: O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se referir a seus membros.

I. O exercício da função de Concelheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

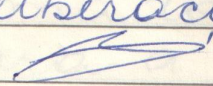
II Os membros do CMS serão substituídos caso faltarem, sem motivo justificado a 03 reuniões consecutivas ou 05 reuniões intercaladas no período de 06 meses.

III - Os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

Seção II

DO Funcionamento

Art. 6º: O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I - O órgão de deliberação máxima é o plenário, 

§ 2º. Será considerada como existente, para fins de participação no CMS, a entidade regularmente organizada.

§ 3º. A representação dos trabalhadores do SUS, no âmbito do Município, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - das respectivas entidades nos demais casos;

II - da autoridade estadual ou federal correspondente, no caso da representação de órgãos estaduais ou federais.

§ 1º. Os representantes do governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 2º. O Secretário Municipal de Saúde é membro nato do CMS.

§ 3º. Na ausência ou impedimento do Presidente, a Presidência

14
VIII - Apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

IX - Estabelecer diretrizes quanto a localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados no âmbito do SUS.

X - Elaborar seu Regimento Interno,

XI - Outras atribuições estabelecidas em normas complementares

Capítulo II

Da Estrutura e do Funcionamento

Seção I

Da Composição

Art. 3º. O CMS terá a seguinte composição:

I - 50% dos membros indicados para administração Municipal.

II - 50% dos membros indicados pelos usuários.

§ 1º - A cada titular do CMS corresponderá um suplente.

I - Definir as prioridades de saúde;

II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;

III - Atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde

IV - propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e o destino dos recursos,

V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SUS no Município;

VI - Definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS.

VII - Definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas de saúde, no que tange a prestação de serviços de saúde;